

CONSULTORIA EM AUDIODESCRIÇÃO: UMA PERSPECTIVA DA PRÁTICA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE AUDIODESCRIÇÃO

LEANDRO FREITAS PEREIRA¹; MARISA HELENA DEGASPERI²

¹Universidade Federal de Pelotas – lhheandrofp@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – mhdufpel2012@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A construção da cultura de inclusão de pessoas com deficiência, apesar de lenta, é uma realidade crescente. Planejar recursos de acessibilidade em busca de que todos tenham condições de igualdade ao usufruir de espaços que se relacionam com a cultura e o patrimônio tem sido uma preocupação recorrente, que exige soluções para oferecer experiências de fruição de conteúdos para aqueles que têm algum tipo de deficiência.

Apresenta-se aqui o trabalho em desenvolvimento na Biblioteca Pública Pelotense realizado, através do LANTRAV, que tem como objetivo ampliar o acesso à informações imagéticas, principalmente, para pessoas com deficiência visual, mediante audiodescrição desenvolvida por uma equipe multidisciplinar. Trata-se de um recurso de acessibilidade comunicacional que transforma a informação visual em verbal.

A expansão da audiodescrição, no Brasil, tem motivado algumas pessoas com deficiência visual abusarem qualificação para se tornar audiodescriptor consultor, deixando de ser apenas consumidores desse recurso de acessibilidade. No entanto, a atividade de consultoria ainda é praticada como uma atuação resultante do saber empírico e da dinâmica de trabalho que se estabelece entre a equipe responsável pela produção da audiodescrição.

Pretende-se através desse relato contribuir com a reflexão quanto à função do audiodescriptor consultor, no processo de produção da audiodescrição, de inspirar a produção de estudos teóricos sobre o tema. Abordam-se, aqui, aspectos conceituais e metodológicos da audiodescrição e os desafios para as instituições culturais, em torno das ações de acessibilidade e da consolidação do processo de construção da cultura de inclusão de pessoas com deficiência.

A audiodescrição “é uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal.” (MOTTA e ROMEU FILHO, 2010 p. 07)

Nessa perspectiva, a audiodescrição está inserida como recurso de acessibilidade comunicacional, reconhecida e utilizada como ferramenta que amplia o entendimento, principalmente de pessoas com deficiência visual, que é o público-alvo deste projeto de extensão.

É responsabilidade do audiodescriptor roteirista sondar, no universo imagético, as pistas visuais e eleger as informações indispensáveis ou mais relevantes a serem traduzidas. Neste processo, o audiodescriptor consultor é responsável por avaliar a pertinência das escolhas tradutórias, a qualidade, a eficácia e a funcionalidade do produto audiodescrito, em conformidade com a heterogeneidade do público-alvo. Há um outro profissional que pode se envolver nesse processo de produção: o audiodescriptor locutor, que tem a responsabilidade de locucionar o roteiro, em caso de recurso gravado.

A formação em audiodescrição pode contribuir no desenvolvimento de múltiplas habilidades nesse processo de construção de conhecimentos. Tanto

consultores quanto roteiristas e locutores estão sujeitos igualmente ao método de aprendizagem. Nessa perspectiva, a consultoria deve ser contemplada em programas, projetos e atividades de formação de audiodescritores, como propõe o projeto de extensão que apresentamos aqui.

Consultoria em audiodescrição, um campo de pesquisa a ser ampliado

O reduzido número de estudos teóricos sobre a atuação de audiodescritores consultores na prática da audiodescrição é um fator desafiador para esse trabalho. ELIZABET SÁ (2015), audiodescritora consultora, em uma de suas pesquisas, ao entrevistar vários audiodescritores consultores de diferentes regiões do Brasil, destaca sua observação para proliferação de estudos acadêmicos voltados para a criação de parâmetros e diretrizes gerais para a prática da audiodescrição no Brasil e para a formação de audiodescritores. A autora ainda salienta que é notável o predomínio de pesquisas de recepção com foco nas preferências dos espectadores com deficiência visual por um determinado modelo de audiodescrição.

Como a deficiência não pode ser reproduzida, tampouco a forma que as pessoas com deficiência visual percebem o mundo visual, é o que justifica a importância e a relevância da presença do audiodescritor consultor e a necessidade da realização do seu trabalho, que tem relação intrínseca com as particularidades do repertório perceptivo não visual. Os consumidores do recurso de audiodescrição apresentam características distintas, em decorrência dos diferentes tipos de deficiência visual, desde a condição de cegueira à baixa visão e também de suas experiências.

Para ELIZABET SÁ é importante lembrar que as pessoas que nasceram cegas, diferente daquelas que se tornaram cegas na infância, juventude ou na idade adulta, não possuem memória visual. A autora continua, destacando também a complexidade e as sutilezas da baixa visão que não devem serem desconsideradas.

2. METODOLOGIA

Audiodescritor consultor, um profissional essencial na produção da audiodescrição

A prática da consultoria provoca a reflexão sobre a qualificação do audiodescritor consultor para o desempenho de uma atividade que implica num amplo repertório de conhecimento e numa atuação que exige versatilidade. É um trabalho que requer a formação de competências e o desenvolvimento de múltiplas habilidades, que o diferencia de um simples consumidor do recurso de acessibilidade. Por isso, o audiodescritor consultor deve ter conhecimento técnico e teórico, porque qualifica a discussão com o grupo do projeto e contribui para a solução de divergências. Nesse sentido a formação do consultor em audiodescrição o direciona para um caminho de oportunidade de expansão de conhecimento, disposição para inovações e admissão de princípios paradigmáticos da audiodescrição.

A vivência da deficiência visual é o que torna o audiodescritor consultor um dos protagonistas dessa função tão importante quanto as demais, nas etapas do processo de produção do recurso de acessibilidade, porém, ter cegueira ou baixa visão não basta para atuar com excelência, é necessário considerar: bom domínio

da língua portuguesa, ter boa expressão verbal, habilidades de escrita fluente, coesa e concisa, capacidade de análise e de síntese, além de cultivar o hábito de leitura e de conhecer e estar atualizado com os avanços dos estudos do processo de produção de AD.

Outros aspectos importantes no perfil de um audiodescritor consultor são: ser consumidor de audiodescrição, ter bom repertório cultural, familiaridade com obras de arte, filmes, teatro, museus e exposições, dentre outras atividades culturais.

Pode-se afirmar que uma pessoa com deficiência visual pode ser audiodescritor consultor, porém, para ser audiodescritor consultor não pode ser qualquer pessoa com deficiência visual. Sendo assim, a prática da consultoria em audiodescrição não deve ser referenciada apenas na condição de cegueira ou baixa visão, porque os fatores de qualificação exigem amplo conhecimento acerca de grande variedade de eventos e produtos audiodescritos.

O processo de produção da audiodescrição pelo grupo de pesquisa do projeto de extensão LANTRAV é dividido em frentes de atuação distintas.

O objeto de estudo para o qual o recurso está sendo produzido são os espaços da Biblioteca Pública Pelotense, cujo processo está na fase de desenvolvimento.

Inicialmente, procedeu-se a visita dos integrantes do grupo que atuam como audiodescritores roteiristas. Eles elaboram o roteiro, que passa pela revisão da professora coordenadora do projeto que, então, encaminha para a consultoria. Após a avaliação do texto pelo audiodescritor consultor, este devolve para a professora coordenadora, com suas contribuições, fundamentadas em suas percepções e em seu conhecimento em audiodescrição, para que sejam avaliadas, discutidas e se for o caso, alteradas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Biblioteca Pública Pelotense: acessibilização pela audiodescrição

O prédio histórico que sedia a Biblioteca Pública Pelotense, reconhecido como patrimônio cultural, indica nas instituições culturais um local favorecido de mediação, que ressalta a importância dessas instituições, que se impõem grande responsabilidade, tanto política, como social, de promover a interação entre o objeto cultural com o seu público.

A ocorrência da deficiência visual e suas implicações ocasionam diferentes reações e comportamentos que, por vezes, precisam ser conduzidos ao esclarecimento de uma reorganização perceptual que pode levar o indivíduo a um novo estilo de vida favorecido pela acessibilidade. Isto se dá porque a acessibilidade é um meio fundamental de promover a inclusão, que permite a todos os que desejarem a aproximação com o patrimônio cultural, estarem em permanente diálogo com a história, seja do passado, do presente ou do futuro.

A audiodescrição é considerada uma tecnologia assistiva por promover autonomia e independência, que melhora a qualidade de vida das pessoas com deficiência, além de fomentar a inclusão, por caracterizar-se como produto, recurso, metodologia, estratégia, prática e serviço que oferece potencial aproveitamento em condições de igualdade com as demais pessoas.

A audiodescrição da fachada do prédio da Biblioteca, do espaço interno e do museu histórico- localizado no porão- são as principais informações a serem traduzidas do meio visual para o verbal, de modo a levar o conhecimento- principalmente para pessoas cegas ou com baixa visão - para além das características arquitetônicas, históricas, espacial e de mobiliário. Tudo com função de significante na constituição do patrimônio cultural, do contexto na história e na cultura local, que oferece ao usuário da audiodescrição uma experiência sensorial, educacional, cultural e de lazer.

Ao atuar como audiodescriptor consultor no trabalho desenvolvido para a Biblioteca Pública Pelotense, o protagonismo, pode ser compreendido no sentido de pertencimento e de representatividade para outras pessoas com deficiência visual, por se tratar do reconhecimento e da legitimação de uma atividade que representa os interesses e as necessidades de um grupo social, constituído pelo público consumidor da audiodescrição.

4. CONCLUSÕES

O desenvolvimento do recurso de audiodescrição para a Biblioteca Pública Pelotense, apesar de estar em fase inicial, já demonstra ampliação das possibilidades de percepção do patrimônio cultural. É o que se espera por parte dos usuários , neste caso as pessoas com deficiência visual, que tem na acessibilidade comunicacional o fator fundamental para a compreensão e significação do patrimônio cultural e tudo mais que se relaciona com ele.

A função de audiodescriptor consultor requer vivência prática e conhecimento teórico de audiodescrição para contribuir de modo construtivo no processo de produção do recurso de acessibilidade. Cursos de introdução à audiodescrição, podem ser uma excelente possibilidade de capacitação para aquelas pessoas cegas ou com baixa visão que queiram participar ativamente como consultores na produção desse recurso de acessibilidade comunicacional.

Um passo importante para melhorar o trabalho de mediação, fundamental na promoção da interação entre a Biblioteca e o público usufruidor, significa abrir a instituição para todos os tipos de públicos, principalmente àqueles que por fatores sociais e também por limitações sensoriais, físicas e intelectuais fazem parte de grupos com menores condições de ter bom aproveitamento da experiência na Biblioteca, em vista que o acesso a cultura, educação e lazer é um direito de todos.

A iniciativa desse projeto -LANTRAV-, traz a perspectiva de que há possibilidade de acessibilizar outros museus, bem como outros espaços públicos onde as pessoas com deficiência visual ainda não podem disfrutar, por falta dessa deficiência dos locais, que não incluem essas pessoas.

O trabalho do audiodescriptor consultor, com os demais profissionais da audiodescrição, abre possibilidades para que cada pessoa, em sua diversidade, tenha acesso à informação visual e possa receber o construto imagético de modo potencialmente igualitário, que deve, por suas vantagens, ser considerada como uma possibilidade de acesso e permanência de frequência aos ambientes culturais públicos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IPHAN. Notícias - IPHAN Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/rs/noticias/detalhes/4652/conjunto-historico-de-pelotas-rs-agora-e-patrimonio-cultural-do-brasil>>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

LIMA, Francisco José de. **Introdução aos estudos do roteiro para audiodescrição: sugestão para a construção de um script anotado.** Disponível em <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/92> acessado em 15 de setembro de 2023.

MOTTA, Lívia Maria Vilella de Mello; FILHO, Paulo Romeu. **Audiodescrição: transformando imagens em palavras.** São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

MOTTA, Lívia Maria Vilella de Mello. **Audiodescrição na escola: Abrindo caminhos para leitura de mundo.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

COUTO, D. ; PEREIRA, L. F. ; DEGASPERI, M. H. . Olho de sogra: patrimônio e mediações culturais acessibilizadas em Pelotas. **Anais do 6º Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural.** Porto Alegre: UFRGS, 2018, p. 96-106. https://www.ufrgs.br/7enac/wp-content/uploads/2019/09/6-ENAC_ANAIS.pdf

SÁ, Elizabeth Dias de. A educação inclusiva no Brasil: sonho ou realidade? **Revista Espaço Acadêmico** – Ano II – Nº 14 – julho de 2002 – Mensal – ISSN 1519.6186. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/~elizabet/palestra.htm> -.Acesso em 21/09/2023.